

Lei geral do trabalho em funções públicas

🖥️ Online



21 horas

Preço : 365,00 € + IVA
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1406

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas é um marco legislativo fundamental que regula as relações laborais na Administração Pública, promovendo a modernização e a adaptação das práticas de gestão de recursos humanos às necessidades contemporâneas. Com a crescente aproximação entre o regime da Função Pública e o Código do Trabalho, e à luz das alterações introduzidas pela Agenda para o Trabalho Digno, torna-se essencial para os profissionais compreenderem as implicações legais e práticas desta legislação.

Esta ação de formação visa proporcionar uma análise abrangente e detalhada do regime jurídico aplicável ao trabalho em funções públicas, abordando as suas várias dimensões, desde a relação jurídica de emprego público até à cessação do vínculo, passando pelas carreiras, tempos de trabalho, mobilidade e parentalidade. Serão ainda discutidas as novidades legislativas mais recentes, que reforçam a necessidade de atualização constante por parte de gestores, dirigentes e trabalhadores.

Destinatários



Para Quem?

- Dirigentes, trabalhadores com responsabilidades no domínio da gestão de recursos humanos e que apoiam a tomada de decisão nestes domínios.



Pré-requisitos:

- Conhecimentos prévios do regime jurídico-laboral da função pública ou necessidade de conhecer este regime em funções de um novo projeto laboral.

Percurso de aprendizagem

Sessão Formação - Online (6 dias / 21h00m)

1 - A Lei do Trabalho em Funções Públicas e o novo paradigma de Gestão de Recursos Humanos

- O novo paradigma da legislação laboral na FP
- A articulação com o Código do Trabalho e a aproximação dos dois regimes
- A necessária articulação com a Lei do Orçamento de Estado

2 - O impacto das alterações no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno

- Novas regras no âmbito da parentalidade
- Novo estatuto do trabalhador cuidador informal não principal
- Novidades no regime das faltas e férias
- Outras medidas com impacto

3 - A relação jurídica de emprego publico

- O vínculo de emprego publico e o recurso ao contrato de prestação de serviços (limites e regras)
- A gestão de recursos humanos e a necessidade de iniciar procedimento concursal para celebração de contrato(regras essenciais)
- Modalidades de contrato
- Requisitos do trabalhador em funções públicas

4 - Da carreira, categoria e funções e local de trabalho

- Carreiras: modalidades, tipos e suas diferenças e organização
- O conteúdo funcional e a sua flexibilização
- O local de trabalho e a suscetibilidade de alterações

5 - O regime da mobilidade

- Modalidades de mobilidade e seu procedimento
- Mobilidades internas e externas, por início da entidade empregadora ou do trabalhador
- Regime das várias modalidades de mobilidade e sua remuneração
- Duração da mobilidade e regras para a sua caducidade, prorrogação e consolidação

6 - Regime jurídico dos tempos de trabalho

- Definição de horário de trabalho e poderes e deveres do empregador público na sua definição
- Trabalhadores com prerrogativas especiais: trabalhadores abrangidos pelo regime da parentalidade (e agora também pelo estatuto do trabalhador cuidador informal não principal), trabalhadores estudantes e trabalhadores portadores de uma deficiência, doença crónica ou oncológica
- As várias modalidades de horários e seus regimes e consequências
- Deveres do trabalhador no que respeita aos horários de trabalho

7 - Os tempos de não trabalho: faltas, férias e licenças

- O regime das faltas
 - Tipologia das faltas e suas consequências
 - Elenco de faltas
 - Procedimento de comunicação e justificação de faltas
- O regime das férias
 - O direito a férias nas suas vertentes de aquisição, consolidação, vencimento e gozo
 - Contabilização dos dias de férias: 5 situações distintas
- Licenças

8 - Regime legal do Estatuto do Trabalhador Estudante e da parentalidade e trabalhador cuidador informal não principal

- O Estatuto do Trabalhador Estudante: direitos, deveres e consequências
- O Estatuto da Parentalidade e as suas consequências ao nível dos direitos e deveres dos trabalhadores

9 - A remuneração e os seus suplementos

- Remuneração e alteração do posicionamento remuneratório: condições, pressupostos, valores e regime
- Direitos do trabalhador

10 - Direitos, deveres e garantias das partes e consequências da sua violação

- Direitos, deveres e garantias das partes
- Consequências da violação dos deveres
- A instauração do processo disciplinar e as sanções possíveis

11 - A cessação do vínculo de emprego público

- Modalidades de cessação do vínculo de emprego público e seus pressupostos, regimes e consequências



Objetivos

- Reconhecer as questões que possam surgir no domínio da gestão de recursos humanos
- Proceder ao seu enquadramento legal
- Identificar soluções legais possíveis e quais as suas consequências práticas.



Métodos pedagógicos

- Utilização do método expositivo dinâmico com recurso à exemplificação de casos concretos e reais e às soluções legais possíveis e suas consequências práticas.



Pontos fortes

- Formação com robusta componente prática e exemplos reais.
- Um curso muito completo que dá uma visão holística muito completa da gestão de Recursos Humanos de A a Z que permitirá aos formandos ter a capacidade de identificar as questões práticas do dia-a-dia das relações laborais e o seu enquadramento legal e as consequências da aplicação da lei para os trabalhadores e para a entidade empregadora pública.

Formadora



Filipa Magalhães

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Pós-Graduada em Ciências Jurídico-Políticas e Mestre em Direito (pré-Bolonha) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra na vertente de Ciências Jurídico-Políticas. Doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Formadora em acções e oradora em seminários promovidos pela Ordem dos Contabilistas Certificados – com a qual tem colaborado na elaboração de manuais do Direito do Trabalho – UNAVE, CEFA, IGAP entre outras entidades.

Coordenadora e Autora do Livro “Descomplicar o Orçamento de Estado 2015”, “Descomplicar o Orçamento de Estado 2016”, “Descomplicar o Orçamento de Estado 2017”, “Descomplicar o Orçamento de Estado 2018” e “Descomplicar o Orçamento de Estado 2019”, da Vida Económica. Autora do Livro “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Guia Prático” da Vida Económica e co-autora dos livros “Manual de emprego Público”, “Manual do Contrato de Trabalho” e “Manual de Trabalho para o 3.º sector” da Vida Económica.

Co-autora do “Regulamento Comunitário de Protecção de Dados – Manual Prático” da Vida Económica. Árbitra do Centro de Arbitragem Administrativa – CAAD – na área de emprego público. Frequentou a 3.ª Edição do Curso “Protecção de Dados – Regulamento Geral de Protecção de Dados, Diretivas da EU e Legislação Nacional. Foi, durante 10 anos, docente na Universidade de Aveiro e atualmente assume a função de docente no Curso de “Implementação do Regulamento Geral de Protecção de Dados nas organizações” que conta com a 5.ª Edição e no MBA “Direção Técnica no Terceiro Setor” da Coimbra Business School.